

**Capítulo 7 - DOI:10.55232/1082022.7**

**ASSISTÊNCIA SOCIAL E A PROTEÇÃO ESPECIAL  
BREVE REFLEXÕES SOBRE OS DIREITOS SOCIAIS  
QUE PERMEIAM O CAMPO DE ATUAÇÃO DO  
ASSISTENTE SOCIAL.**

**Minervina Aparecida Dos Santos**

**RESUMO:** Resumo: O presente artigo procurou apresentar informações que possibilitem a reflexão sobre o trabalho do assistente social. Teve como objeto de estudo a intervenção profissional do assistente social na proteção especial de média complexidade. Foi refletindo sobre a dinâmica no cotidiano da práxis que surgiu a pergunta problema como base norteadora: Como intervir no campo da proteção social, em meio a situações complexas de violações de direito e ou vínculos fragilizados ou rompidos? O objetivo foi trazer a discussão a temática em questão sobre o campo de atuação profissional, na perspectiva da garantia de direitos sociais aos usuários da Assistência Social específicos da Proteção Especial, desafios e possibilidades. O método utilizado teve como base o materialismo histórico dialético pois permite uma interpretação dinâmica da realidade. A pesquisa foi bibliográfica, exploratória, de abordagem qualitativa descritiva. O material analisado foi colhido por busca realizada em sites da Scielo, google acadêmico utilizando artigos científicos, dissertações, livros e revistas científicas. Composto por tópicos que discorrem sobre a Assistência Social e a Proteção Especial; Trabalho Social: prática profissional na média complexidade, desafios e contradições; Sociedade Contemporânea: A proteção especial e a defesa dos direitos sociais em tempos de crise estrutural do capital. Um estudo realizado a partir de referenciais teóricos e revisão de literatura, concluiu-se que a Assistência Social teve seus avanços sendo reconhecida como política pública, a partir de 2009 estabelece o reordenamento dos serviços por níveis de proteções. No entanto, o trabalho social com indivíduos e ou famílias constitui como um desafio para o assistente social, ir além de sua prática para a atender a demanda institucional exige posicionamento ético político, comprometimento, competência e análise crítica ao cumprir seu papel no desenvolvimento de suas atribuições profissionais. Mas também podem representar possibilidades de aproveitar estes espaços para discussões e reflexões com os atendidos sobre seus direitos violados, o aumento das violências e sua relação com a crise estrutural e seus impactos, como o aumento das desigualdades e das exclusões sociais.

**Palavras-chave:** Assistência social, Proteção especial, Trabalho social.

## INTRODUÇÃO

As ações desenvolvidas no âmbito da assistência social, tem como objetivo garantir os direitos e o desenvolvimento humano, onde o trabalho técnico deverá se desenvolver pautado nas seguranças sócio assistenciais aos usuários, expressas na segurança de acolhida; sobrevivência ou de rendimento; de autonomia; segurança de convívio ou vivência familiar;

Tendo em vista como objetivo o fortalecimento de vínculos, à autoestima, à autonomia, ao protagonismo, à participação e à capacidade de proteção das famílias, indivíduos e comunidades. Pensar a família em suas diversas configurações, expressa suas manifestações em espaços de ampla complexidade.

A longo de anos vem passando por diversas transformações, sendo constituída e reconstituída histórica e cotidianamente, através das relações e negociações que exercem entre seus membros, e em todas as relações sociais na sociedade, estado e trabalho.

É reconhecida também, pois além de sua capacidade de produção de subjetividades, ela também é uma unidade de cuidado e de redistribuição interna de recursos.

Portanto, a família não é apenas uma construção privada, mas também pública e tem um papel importante na estruturação da sociedade em seus aspectos econômicos, sociais e políticos. No movimento destas relações sociais, os indivíduos sofrem ações intervencionista em que segundo Sposati 2014, p.91 [...] “*O Estado pela própria historização das necessidades sociais, passa a assumir novos encargos frente a sociedade. Torna-se, cada vez mais um agente produtor e organizador das desigualdades e do espaço de confronto*”. A cada dia é perceptível e desafiador atender a demandas emergentes produzidas mais e mais por ações reducionistas estatais.

Atender essas demandas produzidas emergentes torna-se desafiador no campo de atuação do assistente social, desenvolver o trabalho social com famílias e indivíduo no âmbito da proteção especial. A intervenção em um espaço contraditório das relações, em que nos leva a pensar na conjuntura atual em que o país vem enfrentando, observando a um intenso crescimento acentuado das desigualdades sociais e suas consequências de aspectos econômico, social e cultural.

Em meio a um cotidiano permeado por contradições, no âmbito da Assistência Social na proteção especial, o assistente social desenvolve o trabalho social

Sendo a finalidade deste estudo contribuir com breve reflexões sobre o atendimento especializado de assistência social, no âmbito da proteção social especial, que operacionaliza

os serviços de proteção a indivíduos e famílias vítimas de violências, maus tratos e outras formas de violação de direitos, cabendo-lhe a articulação de seus serviços integrando suas ações às outras políticas sociais na perspectiva da proteção social e garantia de seus direitos. E ainda que brevemente discorrer sobre o fazer profissional e os desafios impostos na execução dos serviços ofertados.

## **1- POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A PROTEÇÃO ESPECIAL.**

A Assistência Social brasileira a partir de 1988 com a Constituição Federal traz uma nova concepção, sendo incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social em dezembro de 1993. Em consonância com o disposto na LOAS, capítulo II, seção I, artigo 4º, a Política Nacional de Assistência Social rege-se pelos seguintes princípios democráticos:

- I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

A organização da Assistência Social tem as seguintes diretrizes, baseadas na Constituição Federal de 1988 e na LOAS:

I - Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas 31 estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socio territoriais locais;

II – Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III – Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;

IV – Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos

Entendida como política social inicia-se um novo campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal:

A Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades sócio territoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. Sob essa perspectiva, objetiva: Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem. • Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.

• Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. (PNAS/2004,2005 p.31)

De acordo com a PNAS/2004 os usuários dessa política são indivíduos e ou famílias em situação de vulnerabilidades e risco social. Como perda ou fragilidades de vínculos afetivos, de pertencimento e de sociabilidade. Devendo considerar vários aspectos como ciclo de vida e estigmas relacionadas a identidade (étnica, cultural e sexual), exclusão seja resultantes de deficiências, pobreza e ou não acesso as demais políticas públicas. E ainda as diversas formas de violência que possam ocorrer no núcleo familiar, grupos e ou indivíduos.

Em 2009 a Resolução 109 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) tipifica os Serviços Socioassistenciais disponíveis no Brasil, definindo os tipos de serviços, os objetivos e provisões essenciais para o desenvolvimento. Bem como a avaliação de seus impactos, organizando-os por nível de complexidade do Sistema Único de Assistência Social: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

Com a implantação dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), em nível de Proteção Social Básica são ofertados Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) sendo os eixos de atuação do SUAS: a matricialidade sócio familiar e a territorialização; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

Na Proteção Especial de Média Complexidade, no CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, são ofertados serviços através do PAEFI – Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos de Abordagem Social, Proteção Social a

Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço a Comunidade (PSC); Pessoas com Deficiência e Idosas; Pessoas em Situação de Rua.

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. São serviços que requerem acompanhamento individual ou em grupo, e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Como destaca a autora, como o momento importante na relação profissional e usuário da política:

É no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), equipamento onde através do PAEFI- Serviço de Proteção Especializado à Famílias e Indivíduos, oferta apoio e orientações a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou direitos violados. Neste ponto é imprescindível refletir a respeito da importância do exercício de mediação da prática cotidiana do assistente social. (HORA,2014p.94)

Da mesma forma, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada. Os serviços de proteção especial têm estreita interface com o sistema de garantia de direito exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo.

## **2. O TRABALHO SOCIAL: PRÁTICA PROFISSIONAL NA MÉDIA COMPLEXIDADE, DESAFIOS E CONTRADIÇÕES.**

A dinâmica do trabalho se apresenta através de demandas complexas, onde os usuários da política chegam ao serviço especializado, encaminhados do sistema de garantia de direitos ou por procura espontânea. Este é o momento primordial, realização da acolhida, escuta e orientações como define a autora:

ressalta o momento da acolhida inicial, ser importante para realização do estudo social, escutar para compreender além da realidade apresentada, apreender elementos que indicam risco e violação de direitos. A acolhida para o assistente social, pode significar orientação e informação para acesso a direitos sociais e encaminhamento a programas e serviços. Como também a direção que delinea todo o trabalho social. (HORA, 2014, p.103)

Como desenvolver o trabalho social e dar respostas a uma demanda, onde a realidade brasileira vem nos mostrando que existem famílias com as mais diversas situações socioeconômicas que induzem à violação dos direitos de seus membros, em especial crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência, além de outros fenômenos gerados por processos da crescente desigualdade, como pessoas em situação de rua, migrantes, idosos abandonados que estão nesta condição não apenas por ausência de renda, mas por outras variáveis da exclusão social.

Realidade em que requer do profissional um olhar mais amplo de suas especificidades como afirma a autora:

Na realidade da crise estrutural do capital e sua análise, revela-se um ímpeto ao retorno dos valores colocados no código de ética da(o) assistente social. Este código é resultado de toda uma trajetória da categoria que, em determinados momentos, romperam com a prática cotidiana para encontrar na reflexão teórica as respostas que não conseguiam preencher à demanda que lhe se colocava pela questão social. O cotidiano permite a crítica. A crítica pressupõe, desde o início um posicionamento político, uma escolha por determinada classe social e sua defesa. O código de ética, nessa perspectiva, é muito mais que um conjunto de normas a serem cumpridas, mas é um instrumento que permite olhar para trás e continuar o movimento de práxis que se iniciou. (SANTOS, 2020, p.67)

Os impactos da crise, se revela por situações que vem se agravando, justamente nas parcelas da população onde há maiores índices de desemprego e de baixa renda. Identificar aos fenômenos existentes relacionados ao contexto de crise estrutural, oriundos da má distribuição da riqueza inerente de um sistema capitalista, é necessário ter um olhar, que possa ir além do contexto de direitos violados, reconhecer a necessidade de respostas a questões sociais, não visando somente a demanda institucional. O desvelar de um cenário apresentado como defende a autora:

[...] As desigualdades aumentam e se aprofundam. Da mesma forma que se aumenta a necessidade de sobrevivência, aumenta-se a possibilidade de desvelar a realidade do capital à classe trabalhadora. Essa realidade da questão social contraditória e dialética, quando apreendida, torna-se uma práxis política ao assistente social. (SANTOS, 2020 p. 65)

O trabalho social requer do profissional, desde o acolher e durante o processo de busca por inclusão e garantia de direitos. A equipe técnica é formada por assistentes sociais e psicólogos que desenvolve o trabalho social seja em atendimento individual ou em grupo,

organizado de acordo com a necessidade da demanda. Ressalta a autora, a importância de refletir sobre a totalidade na relação profissional, a rede e os serviços em suas especificidades:

No que tange à intersectorialidade, cabe encontrar na universalidade – no Sistema de Garantia de Direitos como um todo – elementos de relação com a singularidade (as demandas de atendimento do Creas). Torna-se fundamental o exercício de reflexões coletivas e de retornos à rede para que as demais políticas públicas exerçam seu papel junto à população usuária do Creas e para que, nessa relação, este reconheça e reafirme sua identidade, oferecendo o serviço que lhe é específico. (HORA,2014 p.94)

São famílias e ou indivíduos com seus direitos violados seja por várias ocorrências de violência física, psicológica ou negligência; violência sexual, abuso e exploração ou sexual; afastamento do convívio familiar por aplicação de medida socioeducativa ou medida protetiva; tráfico de pessoas; situação de rua ou mendicância; abandono; trabalho infantil; discriminação da orientação sexual, raça e ou etnia; outras formas decorrentes de discriminação e ou submissões que provocam danos e agravos a sua condição de vida.

Sendo este o campo de atuação assistente social na média complexidade, em que exige cotidianamente a observação dos fenômenos apresentados, posicionamento ético-político, análise crítica e apurada da realidade social.

### **3. SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: A PROTEÇÃO ESPECIAL E A DEFESA DOS DIREITOS SOCIAIS EM TEMPOS DE CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL**

A sociedade contemporânea traz ao longo de sua história, desde a revolução industrial onde propiciou a aceleração dos processos de produção de mercadorias. Para isso, exigia um contingente maior de mão-de-obra. Ocasionalmente o processo migratório em que milhares de trabalhadores migraram para os grandes centros industriais para vender sua força de trabalho.

Subordinada aos interesses burgueses capitalista, esta era utilizada para além do tempo necessário, enquanto o trabalhador se submetia para prover o seu sustento.

Este tempo excedente era utilizado para se obter mais-valia. Sem dar a mínima importância com idade, se homens, mulheres ou crianças, bem como sua saúde e condições de trabalho. Aos poucos, se iniciou o processo de tomada de consciência, que partiu desde os questionamentos, organização e protesto e greves. Processos decorrentes da industrialização e do desenvolvimento tecnológico, são transformações que vem influenciando ao longo do tempo em nossas relações seja de ordem política, econômica e ou social.

O modo de produção capitalista, estão presentes e se reproduzem através das correlações de forças existentes. Na sociedade atual é sentido os impactos gerados ao longo do tempo, em que o trabalhador precisa sobreviver, mas é impulsionado por esta correlação de forças existente, ou seja pressionado pelas leis que regem o mercado e os torna cada vez vulneráveis a aceitar a precarização dos direitos sociais conquistados. Acentuando ainda mais o processo de exclusão.

No âmbito da proteção especial como trabalhar a autonomia, inserção em políticas possam que visem a garantir seus direitos sociais. Famílias e ou indivíduos que se encontram em situações de vulnerabilidades, que foram afetados pela exclusão social expressa de diversa formas como: violências, desemprego, abandono entre outros, provenientes da crise estrutural existente.

Na relação capital financeiro e seu domínio sobre o capital produtivo, é possível identificar graves violações de direitos para a classe trabalhadora que dependem do seu trabalho para garantir sua subsistência. Isto é uma referência aos trabalhadores que estão, ou ainda conseguem a inserção no mercado de trabalho:

Como acontece com tudo o que é submetido ao domínio do capital, também aqui testemunhamos o impacto de um processo contraditório. Pois as grandes massas de pessoas – em praticamente todos os campos de atividade – que continuam a ser impiedosamente expulsas do processo de trabalho e consideradas “redundantes” pelos imperativos da expansão lucrativa do capital estão longe de poder ser consideradas supérfluas como consumidoras que asseguram a continuidade da reprodução ampliada e da auto-valorização do capital. (MÉSZÁROS, 2011, p. 321-322).

Vale ressaltar que no momento atual não há redução, e sim a manutenção de taxas elevadas de desemprego, insegurança e instabilidade nos empregos, crescimento do trabalho informal e precário, redução de salários, precarização das relações de trabalho, incluindo terceirizações e contratos por prazos determinados, entre outros aspectos relacionados ao padrão de acumulação, tendo suas peculiaridades pela flexibilização produtiva, reflete no mundo do trabalho com desemprego, redução de salários e instabilidade e ausência de direitos, tem suas implicações como ampliação de situações de trabalho desprotegido, da pobreza e o desmonte da proteção social.

Sposati (2014, p.103) ressalta a importância:

Há que se ter presente que as ações das políticas sociais são, ao mesmo tempo, reforço e esperçada exclusão enquanto possibilidade de usufruto de bens o serviço. No movimento dessa dupla elas acabam por converter em possibilidade de mobilização popular pela conquista e



apropriação destes[...] existem duas lutas uma para superação das condições determinantes da miséria, das desigualdades, mas ao mesmo tempo, a luta para reduzir as situações conjunturais da exploração.

Devido a intensidade da crise estrutural, que estamos vivenciando nos últimos anos, a relação capital e trabalho, desencadeia um crescente aumento das desigualdades a qual se apresenta de diversas maneiras na sociedade.

Diante desse processo excludente, da exploração e concentração de riquezas e da má distribuição de renda, as vulnerabilidades sociais são resultado, produzidos por um movimento contraditório do capital e trabalho. Nesse sentido define MEZÁROS (2002, p.706-707):

“Em termos gerais, uma crise estrutural afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou sub complexos como também a outros complexos aos quais é articulada”.

Investimentos em políticas públicas deveriam ser tratados como prioridade, como forma de contribuir para a redução dos impactos sofridos e melhorar acessos de indivíduos e ou famílias aos seus direitos sociais. Fortalecendo e não enfraquecendo como vem ocorrendo atualmente o triplé da seguridade social: Previdência, Saúde e Assistência Social

## CONCLUSÃO:

Este trabalho traz em breve relato sobre a Política de Assistência Social atual, como se apresenta com seus avanços e conquistas sendo reconhecida como política pública, passou a realizar de forma integrada as políticas setoriais. Devendo considerar as desigualdades sócio territoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Pensar em Proteção Especial de Média Complexidade requer uma equipe especializada para atuar através do PAEFI – Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos e para isto requerem serviço de abordagem social, proteção social a Adolescentes em medida socioeducativa em meio aberto, pessoas com deficiência e idosas, pessoas em situação de rua.

Entendida como modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas.

Teve como objeto de estudo a intervenção profissional do assistente social na proteção especial de média complexidade. Como intervir no campo da proteção social, e garantir direitos

sociais em meio a situações complexas de violações de direito e ou vínculos fragilizados ou rompidos?

Vale ressaltar que as situações que geram desproteção social, a não garantia dos direitos sociais impactam diretamente nas condições de vida das famílias e ou indivíduos e há evidências que são resultados do processo do modo de produção capitalista, sua reprodução através das correlações de forças existentes.

O assistente social atua nesta realidade, diante desse movimento contraditório entre o capital e trabalho, com suas reivindicações por melhorias, à luta contra o capital. A profissão em sua trajetória requer posicionamento ético-político perpassa pela defesa das melhorias nas Políticas Públicas Sociais e pelas lutas sindicais e de movimentos sociais da classe trabalhadora, no enfrentamento do capital. Faz se necessário não focar apenas em atendimento individuais, mas sim na coletividade.

Portanto, no cotidiano do trabalho social exige do profissional um olhar sobre a totalidade para ir além da demanda institucional. Mas também podem representar possibilidades de aproveitar estes espaços para discussões e reflexões com os atendidos sobre seus direitos violados, o aumento das violências e sua relação com a crise estrutural e seus impactos como o aumento das desigualdades e das exclusões sociais.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília, novembro de 2005.

HORA, F.R.L **Cotidiano profissional do assistente social no Creas-Paefi: trabalho com famílias na perspectiva de matricialidade sociofamiliar**. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP. São Paulo,2014.

MEZÁROS, I. **Para Além do Capital** /Tradução de Paulo Cezar castanheira e Sergio Lessa. São Paulo: Bointempo,2002.

SANTOS, Leila Aparecida dos. **Os Desafios para a(o) Assistente Social Trabalhadora(o) Frente à Crise Estrutural do Capital**. Franca, 2020. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca.

Sposati, A. O. ... [et al] **Assistência Social na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão em análise.** 12. ed. – São Paulo: Cortez,2014.